



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO FÍSICA Nº 25/2025

• OBJETO:

1.1. Aquisição de prêmios destinados aos alunos vencedores do 20º Concurso de Redação e Desenho promovido pela Câmara Municipal.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O 20º Concurso de Redação e Desenho promovido pela Câmara Municipal tem como finalidade incentivar a criatividade entre os estudantes. Nesta edição, o tema escolhido foi **“Soledade de Minas e o Natal de Luz”**, ao abordar esse tema, busca-se despertar nos alunos o interesse pela história e pelos costumes de Soledade de Minas, incentivando-os a observar e interpretar a cidade sob a perspectiva do espírito natalino, das celebrações locais e dos elementos que compõem o chamado “Natal de Luz”. Por meio das atividades de redação e desenho, os estudantes têm a oportunidade de expressar seus conhecimentos, sentimentos e percepções.

A premiação dos alunos vencedores constitui importante instrumento de valorização do empenho e do mérito individual, servindo como estímulo adicional à participação e ao engajamento dos estudantes. Além disso, o reconhecimento público reforça o papel do Poder Legislativo na promoção da educação, da cultura e da cidadania.

Dessa forma, a aquisição dos prêmios justifica-se como medida necessária ao pleno êxito do evento, incentivando práticas educativas que valorizam a cultura local.

3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

3.1. MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO:

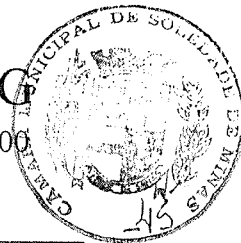
Será adotado o critério de **menor preço por lote único** para a seleção do fornecedor. A proposta considerada mais vantajosa será aquela que apresentar o **menor valor**, desde que atenda aos requisitos técnicos estabelecidos.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



3.2. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

A Administração poderá desclassificar **propostas que apresentem irregularidades ou não cumpram** os requisitos técnicos exigidos. A desclassificação ocorrerá sempre que houver descumprimento das condições previstas, garantindo a conformidade do processo licitatório com a legislação vigente e a transparência na escolha do fornecedor.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

4.1. Em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, a proposta será considerada **aceitável** quando atender os seguintes critérios:

4.2. Conformidade com as Exigências Técnicas:

A proposta deve atender às especificações técnicas exigidas no edital, incluindo os requisitos de qualidade, desempenho e segurança.

4.3. Adequação ao Objeto da Licitação:

A proposta apresentada deve estar em total conformidade com o objeto licitado.

4.4. Preço Compatível com o Mercado:

O valor apresentado deve ser compatível com os preços de mercado. A Administração poderá desclassificar propostas que apresentem preços manifestamente baixos ou excessivos, conforme avaliação econômica e técnica.

4.5. Inexistência de Vícios ou Irregularidades:

Serão desclassificadas propostas que apresentem **vícios materiais** ou **irregularidades formais** que possam comprometer a integridade e a transparência do processo licitatório.

4.6. Atendimento aos Princípios da Isonomia e Moralidade:

A proposta deve observar os princípios da **isonomia** e **moralidade administrativa**, garantindo que todas as propostas sejam tratadas de forma igualitária e que não haja favorecimento ou prejuízo para qualquer participante.

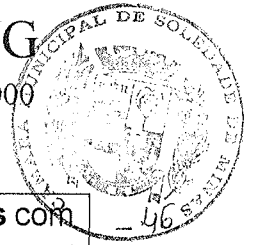
4.7. Observações Finais:



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



A Administração Pública se reserva o direito de rejeitar **propostas incompatíveis** com os objetivos da licitação, sempre que houver indícios de que o proponente não possui condições de cumprir adequadamente as obrigações do contrato, mesmo que o preço ofertado seja o mais vantajoso.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

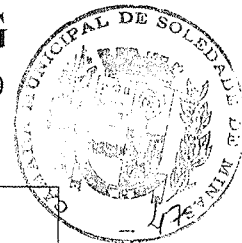
- 5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 5.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente serão exigidas para efeito de assinatura do contrato.
- 5.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.8. Se houver restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 5.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.10. Prova de regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e contribuições sociais;
- 5.11. Prova de regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa para com a Fazenda Estadual;
- 5.12. Prova de regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- 5.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.14. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Habilitação Econômico-Financeira

- 5.16. Certidão Negativa do pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial/ Extrajudicial, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de fixada para a abertura dos Envelopes – Habilitação.
- 5.17. Nas hipóteses em que a Certidão encaminhada for positiva deve a licitante apresentar o comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do Plano de Recuperação Judicial.

6. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

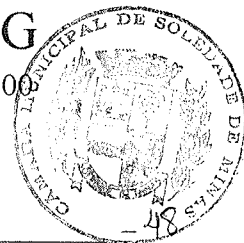
- 6.1. A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura, estendendo-se até o dia 31 de dezembro de 2025.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



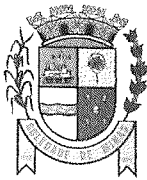
7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 7.1. Fornecer os produtos objeto da contratação em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, proposta apresentada e demais documentos que integram o processo.
- 7.2. Entregar os bens dentro do prazo estabelecido, na Câmara Municipal, garantindo que estejam devidamente embalados, novos, originais, em perfeito estado de uso e funcionamento.
- 7.3. Arcar integralmente com todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto, tais como transporte, frete, seguro, mão de obra e quaisquer encargos incidentes.
- 7.4. Garantir a qualidade e a procedência dos produtos, responsabilizando-se por substituições em casos de defeitos, vícios ou desconformidades constatadas no ato da entrega ou durante o prazo de garantia.
- 7.5. Manter-se regular quanto às exigências de habilitação durante toda a vigência da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Não transferir ou subcontratar total ou parcialmente a execução do objeto sem prévia autorização formal da Administração.
- 7.7. Cumprir os prazos estabelecidos, observando fielmente todas as condições pactuadas, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

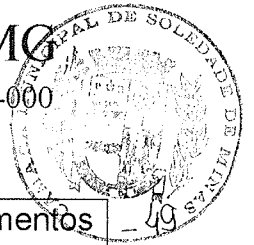
O Contratante obriga-se a:

- 8.1. Receber os produtos entregues pelo contratado, conferindo quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.
- 8.2. Providenciar o recebimento provisório e definitivo, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.
- 8.3. Efetuar o pagamento devido ao contratado dentro do prazo estabelecido no instrumento contratual, desde que cumpridas todas as condições pactuadas e após a devida liquidação da despesa.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000
CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



8.4. Prestar as informações necessárias e fornecer ao contratado todos os elementos indispensáveis para a adequada execução do objeto.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor designado, registrando ocorrências e adotando as providências cabíveis em caso de irregularidades.

8.6. Notificar formalmente o contratado sobre qualquer ocorrência que possa interferir no cumprimento do objeto ou que exija providências corretivas.

8.7. Cumprir as disposições legais aplicáveis à execução da despesa pública, à gestão contratual e ao controle administrativo, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput da Lei 14.133/2021.

9.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração.

9.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidade constatadas.

9.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço e relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.5. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

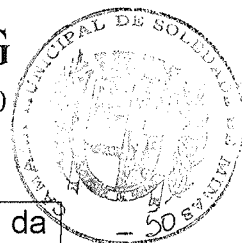
9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Câmara Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 08.510.524/0001-34 - Telefax: (35) 3333-1105



9.7. O fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar sua competência.

9.9. O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA:

10.1. **01.031.0001.1.002.339031 – Recepção, Homenagens e Hospedagens. Premiações Culturais, Artísticas.**

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, desde que devidamente atestada e acompanhada de toda a documentação exigida, bem como comprovado o cumprimento integral de todas as obrigações legais e contratuais pela contratada.

Soledade de Minas/MG, 14 de novembro de 2025.


Suelen Aparecida Maciel de Carvalho
Agente de Contratação